



Psicologia em Estudo

ISSN: 1413-7372

revpsi@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

Vargas Mansano, Sonia Regina; de Carvalho, Paulo Roberto
POLÍTICAS DE SUBJETIVAÇÃO NO TRABALHO: DA SOCIEDADE DISCIPLINAR AO
CONTROLE

Psicologia em Estudo, vol. 20, núm. 4, octubre-diciembre, 2015, pp. 651-661
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287145780013>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

POLÍTICAS DE SUBJETIVAÇÃO NO TRABALHO: DA SOCIEDADE DISCIPLINAR AO CONTROLE

Sonia Regina Vargas Mansano¹
Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, Brasil
Paulo Roberto de Carvalho
Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, Brasil

RESUMO. As mudanças sociais e históricas que vimos acontecer de maneira marcante no final do século XX e início do XXI mostram que estamos diante de modos de subjetivação mutantes, os quais mantêm conexões diretas com a atividade produtiva. Nesse sentido, política e subjetividade são dois conceitos que caminham lado a lado quando são analisadas as relações de trabalho que colocam em cena a reinvenção dos modos de viver e trabalhar. No presente estudo teórico, será realizada uma aproximação entre os conceitos de política e de subjetivação, tendo como referência a emergência e expansão do denominado trabalho imaterial. Para tanto, o artigo foi dividido em dois momentos. Primeiro, será realizado um resgate histórico sobre a política de subjetivação que vigorava no momento histórico que Foucault caracterizou como disciplinar. Em seguida, serão descritas as transformações históricas que Deleuze assinalou sob a denominação de sociedade de controle. Diante desses dois cenários, que se mesclam na atualidade capitalista, serão percorridas as seguintes questões: Como o trabalhador se constitui histórica e politicamente como sujeito na sua prática laboral? Quais componentes subjetivos se atualizam no contexto produtivo do capitalismo avançado? Quais políticas de subjetivação são inventadas e colocadas em circulação pelos trabalhadores? Ao final do estudo, serão discutidos os desafios que atualmente estão colocados para o trabalhador que constantemente transita entre as duas políticas de subjetivação abordadas.

Palavras-chave: Trabalho; política; subjetividade.

POLITICS OF SUBJECTIFICATION IN LABOR: FROM DISCIPLINARY SOCIETY TO CONTROL

ABSTRACT. Remarkable social and historical changes we witnessed in the late nineteenth and early twenty-first centuries show that we are facing mutant modes of subjectification, which are directly connected to productive activities. In this sense, politics and subjectivity are two concepts that go hand in hand when labor relations are analyzed, bringing into play the reinvention of ways of living and working. This theoretical study will bring together the concepts of politics and subjectification, having as reference the emergence and expansion of the so-called immaterial labor. First, we will go back in time and address the politics of subjectification in force in the historical moment which Foucault characterized as disciplinary. Then, the historical changes which Deleuze pointed out and named control of society will be described. In the face of these two scenarios, which merge in the capitalist contemporaneity, the following questions will be covered: How workers are historically and politically constituted as subjects in their labor practice? Which subjective components are updated in the productive context of advanced capitalism? Which politics of subjectification are invented and put into circulation by workers? At the end of the study, there will be a discussion about current challenges for workers who constantly move between the two politics of subjectification addressed.

Keywords: Labor; politic; subjectivity.

POLÍTICAS DE SUBJETIVACIÓN EN EL TRABAJO: DE LA SOCIEDAD DISCIPLINARIA AL CONTROL

RESUMEN. Cambios históricos y sociales que hemos visto de manera llamativa más a finales del siglo XX y XXI, muestran que estamos ante los modos de subjetivación mutantes, que mantienen conexiones directas con la

¹ E-mail: mansano@uel.br

actividad productiva. En este sentido, subjetividad y política son dos conceptos que van de la mano cuando se analizan las relaciones de trabajo que ponen en escena la reinvencción de las formas de vivir y trabajar. En este estudio teórico, se llevará a cabo un acercamiento entre los conceptos de política y de subjetivación, en referencia a la aparición y expansión del denominado trabajo inmaterial. Con este fin, se dividió el artículo en dos fases. En primer lugar, se llevará a cabo un rescate histórico en la política de subjetivación que existía en el momento histórico que Foucault caracteriza como disciplinar. Entonces será descrito los cambios históricos que Deleuze ha señalado bajo el nombre de sociedad de control. Frente a estos dos escenarios, que se combinan en la realidad capitalista, serán cubiertas las siguientes cuestiones: ¿Cómo el trabajador se compone histórica y políticamente como un sujeto en su trabajo? ¿Cuáles son los componentes subjetivos que se actualizan en el contexto productivo del capitalismo avanzado? ¿Cómo es la política de subjetivación inventada y puesta en circulación por los trabajadores? Al final del estudio, será discutido los desafíos que actualmente se asignan al trabajador que se mueve constantemente entre las dos políticas de subjetivación dirigida.

Palabras-clave: Trabajo; política; subjetividad.

Introdução

Ao se analisar as relações de trabalho constituídas na contemporaneidade, constata-se que as transformações precipitadas pelo capitalismo avançado geraram maneiras distintas de se administrar as organizações, gerenciar os trabalhadores e planejar as atividades laborais. Tais transformações cooperaram também para se consolidar novas políticas de subjetivação, as quais se articularam diferentemente a cada tempo histórico, sendo efetuadas por meio de múltiplos agentes (dentre os quais se destacam os proprietários, os trabalhadores, os clientes e a população em geral). Isso acabou chamando a atenção de diferentes áreas de conhecimento que buscam compreender os efeitos dessas mudanças na vida cotidiana. A psicologia social, voltada ao estudo crítico das relações sociais e dos modos de viver em sociedade, incluindo aí as questões do trabalho, parte da perspectiva de que o homem constrói sua existência em meio aos múltiplos contatos que experimenta e que tal construção guarda uma dimensão histórica e contextualizada (Almeida, 2012; Soto, 2015).

Atentando para tais transformações, este estudo busca analisar a emergência de duas políticas de subjetivação distintas, presentes no contexto laboral, a saber: uma política que é characteristicamente disciplinar (preponderante nos séculos XIX e XX que foram majoritariamente dirigidos à produção material) e outra que tem nos dispositivos de controle, mais recentemente elaborados, um de seus traços distintivos (e na qual a produção imaterial passa a ser mais amplamente disseminada). Porém, antes de se avançar na discussão dessas duas políticas, cabe demorar, por um instante, na análise do que vem a ser uma “política de subjetivação”. Tem-se nessa expressão a junção de dois conceitos a serem aqui apreciados.

Comece-se esta análise pela noção de política. Essa palavra tem origem grega e diz respeito à maneira de se organizar a cidade. Bobbio descreve:

Derivado do adjetivo originado de *pólis* (*politikós*), que significa tudo o que se refere à cidade e, consequentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social, o termo política se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada *Política*, que deve ser considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do governo, isto é, de reflexão, não importa se com intervenções meramente descritivas ou também normativas, dois aspectos dificilmente discrimináveis, sobre as coisas da cidade (Bobbio, 1986, p. 954).

Aos poucos, o sentido dessa palavra foi ampliado e estendido à atividades distintas que envolvem um leque maior de relações como, por exemplo, a elaboração de saberes científicos, os movimentos sociais, a educação, a saúde e bem-estar, assim como as produções artísticas e culturais. Pode-se dizer, assim, que essa ampliação faz uma referência mais direta àquelas atividades que, das mais variadas maneiras, ajudam a compor a existência do contingente populacional que vive nas cidades. A preocupação em se governar um coletivo múltiplo e diversificado necessariamente faz emergir diferenças de opinião e valor entre aqueles que se implicam com o exercício do diálogo e do confronto sobre a organização da população, sendo essa discrepancia uma das características marcantes da atividade política.

Por isso mesmo, neste estudo, utiliza-se o termo política em um sentido mais amplo: aqui ela é compreendida como a elaboração e disseminação de certos modos de se organizar a vida em sociedade, os quais são debatidos, contestados, legitimados e, em larga medida, compartilhados pelo coletivo. Nessa empreitada, comparecem agentes variados e, diante dessa diversidade, Rancière (1996) assinala que o exercício da política necessariamente gera polêmicas, uma vez que cada indivíduo pode participar da construção dela, expondo opiniões, interesses e graus diferenciados de implicação para agir e para debater acerca daquilo que se passa ao seu redor. O contato, o acolhimento e a experimentação dessas polêmicas, advindas de agentes localizados em diversos extratos socioeconômicos, sinalizam que um exercício político está em curso e que, por meio dele, vai-se construindo uma vida comum, compartilhada. Entretanto esse “comum” não se presta à negação das diferenças. Ao contrário, trata-se de algo bastante dinâmico e vivo que se encontra em constante movimento de produção, enfrentamento, destruição e construção, sendo o tempo todo atravessado por conflitos, alianças, desentendimentos, conexões e paradoxos. Por vezes, esse exercício é associado à esfera das leis e das instituições. Mas cabe dizer que ele não se restringe a essa esfera instituída, ocorrendo também nos espaços informais de convivência como os encontros cotidianos entre indivíduos que discutem sobre os problemas enfrentados pelo coletivo (Pineda & Cubides, 2012).

Assim, para se compreender a composição díspar desse movimento de debate, troca e enfrentamento que dá contornos ao exercício político é que se recorre também ao conceito de subjetividade. Esta pode ser compreendida como um processo incessante no qual o sujeito se constitui ao estabelecer contatos com aqueles e com aquilo que o cerca. Daí o caráter eminentemente social que se atualiza na produção dos modos de vida. Quando se reporta a esse conceito, parte-se do pressuposto de que o sujeito não é portador de uma essência. Sob a perspectiva de análise da psicologia social, em seu diálogo com a filosofia da diferença, ele se constitui em cada nova experiência de contato com o outro que, por sua vez, gera sensações, conhecimentos, reações e opiniões que são marcados por um grau de imprevisibilidade significativa. Pode-se dizer, então, que se está rodeado de múltiplos componentes de subjetivação os quais são inventados e postos em circulação no meio social. Guattari e Rolnik destacam que, sob essa perspectiva da análise, a subjetividade é “essencialmente fabricada e modelada no registro social” (Guattari & Rolnik, 1996, p. 31). Eles ainda argumentam que a maneira como cada indivíduo se apropria desses componentes será singular e dependerá dos encontros que ele vivencia durante a trajetória de sua vida. Os autores afirmam: “A subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social e, assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares” (Guattari & Rolnik, 1996, p. 33).

Ao se aproximar esses dois conceitos (política e subjetividade), pode-se dizer que as “políticas de subjetivação” envolvem uma produção viva que é composta pelo contato, apreensão, acolhimento e/ou recusa dos diferentes componentes subjetivos que são inventados e colocados em circulação na esfera das relações sociais em dado momento histórico. Os componentes de subjetivação são diversificados, mas em larga medida conhecidos. Podem-se assinalar, dentre eles, os sentimentos, as ideias, os valores, os desejos, a sensibilidade e outras dimensões da existência que podem ser incorporadas em nossa maneira de viver, produzindo-nos como sujeitos. Trata-se de um movimento que não cessa, visto que os componentes de subjetivação são móveis e cambiantes. O que interessa, então, é tomar em análise as

[...] diversas maneiras pelas quais os indivíduos ou as coletividades se constituem como sujeitos: tais processos só valem na medida em que, quando acontecem, escapam tanto dos saberes constituídos como dos poderes dominantes. Mesmo se na sequência eles engendram novos poderes ou tornam a integrar novos saberes. Mas naquele preciso momento eles têm efetivamente uma espontaneidade rebelde (Deleuze, 1972/1992, pp. 217-218).

É nesse sentido que os componentes de subjetivação são criados e colocados em circulação a todo o momento, conforme são experimentadas as relações de aproximação e enfrentamento com o social, com a natureza, com os acontecimentos e com a multiplicidade das invenções humanas, num exercício que é ao mesmo tempo aberto e polêmico (Lazzarato, 2014). Portanto, ao se recorrer à expressão “políticas de subjetivação”, está-se afirmando a inscrição de cada sujeito naquilo que é

construído e compartilhado como forma de vida possível. Daí decorre a constatação de que a dimensão política das relações sociais é algo inalienável e, ao mesmo tempo, inesgotável em seus movimentos de criação e destruição (Pelbart, 2013).

Depois desse breve desvio, pode-se retornar à problemática de estudo e considerar que o contexto laboral também é atravessado por distintas políticas de subjetivação dentre as quais se analisarão duas no decorrer deste artigo: a disciplinar e aquela voltada para o controle. Cada uma delas, como se verá, produz efeitos díspares nos modos de se viver e, mais especificamente, de se conectar ao trabalho.

Políticas de subjetivação no trabalho material: a disciplinarização dos corpos

Os séculos XIX e XX foram amplamente marcados pela produção fabril. Essa organização demandava uma política de subjetivação que era, de acordo com os estudos de Foucault (1973/1999), caracteristicamente disciplinar. Comece-se, então, colocando a seguinte questão: Como o trabalhador se constitui histórica e politicamente como sujeito nessa prática laboral? Tinha-se, naquela época, uma sociedade organizada por meio de diferentes instituições disciplinares como as escolas, os hospitais, as fábricas e as prisões, para citar apenas alguns exemplos. Parte delas foi caracterizada por Goffman (1961/2001, p. 35) como “instituição total”, visto que sua estrutura restringia o contato de seus internos com os demais cidadãos e com as atividades exercidas no cotidiano das cidades. Cada uma dessas instituições ocupava-se de funções específicas como, por exemplo, a educação, a saúde, o trabalho e a correção/punição. Para difundir suas atividades e ainda garantir o exercício da disciplina entre seus membros, Foucault assinala que foi necessária a consolidação de uma política de subjetivação na qual a noção de indivíduo tinha importância fundamental.

Esse indivíduo pode ser compreendido como alguém que estava ligado a diferentes regimes de verdade que garantiam a observância às leis, a atenção aos procedimentos higiênicos, o cumprimento das normas sociais vigentes e a obediência. As instituições, bastante fortalecidas naquele tempo histórico, ocupavam-se em difundir a importância do trabalho, da produção e do respeito à hierarquia como valores que deveriam ser assumidos pelo indivíduo dito “normal”. Diz Foucault: “Tratou-se de obter dos indivíduos, em sua vida concreta, prestações produtivas” (Foucault, 1994/2014, p. 27), valendo-se de um poder efetuado por intermédio da lei. Nele, o sujeito era concebido como “aquele que obedece” (Foucault, 1973/1999, p. 82). Além da obediência, outros componentes subjetivos ganharam importância naquele período, dentre os quais se destaca o esforço mecânico para cumprir as tarefas no tempo hábil definido pelo supervisor, bem como na capacidade de adaptação à máquina e às atividades repetitivas.

Para consolidar essa política de subjetivação obediente que vigorava nas instituições disciplinares e, mais especificamente, no interior das fábricas, todo um trabalho minucioso foi realizado no sentido de fazer com que cada indivíduo se reconhecesse como alguém que estava sendo permanentemente vigiado por uma rede hierárquica extensa que era composta por pessoas especializadas, contratadas especificamente para realizar as atividades de vigilância e monitoramento. Por estar imerso nesse dispositivo disciplinar e ter consciência de parte do seu funcionamento, o trabalhador tinha clareza de que estava, na maior parte do tempo, à mercê de diferentes penalidades e/ou sanções caso fosse pego fazendo algo que contrariasse os códigos normativos ou caso diminuísse seu índice de produção. É possível identificar, então, a presença de mais um componente subjetivo, peculiar ao período disciplinar: o medo de ser demitido e excluído da produção em função da baixa produtividade ou da desobediência.

Outra característica daquele período a ser analisada é que o indivíduo trabalhador, avaliado como exemplar, era aquele capaz de colocar o seu tempo, o seu corpo, a sua força física e a sua coordenação motora à disposição da fábrica ou da instituição na qual estava incluído, favorecendo ao máximo o aumento da produção. Percebe-se que desde o século XIX foi-se consolidando um “modelo” de trabalhador a ser seguido: o operário massificado. Deste, era demandada a execução de atividades simples e repetitivas, minuciosamente planejadas pela hierarquia superior que, além de definir quais tarefas deveriam ser executadas por um contingente amplo de trabalhadores, também tinha a função de fazer com que cada indivíduo cumprisse suas metas de trabalho mediante vigilância e, quando

necessário, punição. Portanto, na política de subjetivação disciplinar, tinha-se como referência o modo de produção fabril que envolvia um grande gasto de energia. Daí a importância atribuída ao corpo do trabalhador, cuja força física era cuidadosamente calculada e distribuída em períodos de tempo avaliados como favoráveis à produção. A quantificação dos resultados da produção e a mensuração da força física empregada eram os objetivos a serem alcançados pelas estruturas de vigilância. Foucault esclarece que introduzir essa rotina de trabalho na vida da população produziu, concomitantemente, diferentes formas de resistência e questionamento. Para tentar contorná-las, foi necessário colocar em funcionamento uma série de dispositivos disciplinares por meio dos quais o tempo, o corpo e a capacidade produtiva dos homens foram colocados “à disposição de um mercado de trabalho e das exigências do trabalho” (Foucault, 1973/1999, p. 118).

Mas pode-se dar um passo adiante nesta análise e considerar, recorrendo-se novamente à Foucault, que por meio das instituições disciplinares operacionalizou-se o que ele denominou como “sequestro” (Foucault, 1973/1999, p. 118) do indivíduo para o trabalho. Por intermédio do sequestro, consolidou-se um modo de existir que fixou os indivíduos a um aparelho de produção, requerendo-se para isso o seu tempo e a sua energia vital. Foucault acrescenta que naquele momento histórico o corpo do trabalhador foi concebido como algo a “ser formado, reformado, corrigido, o que deve adquirir aptidões, receber um certo número de qualidades, qualificar-se como corpo capaz de trabalhar” (Foucault, 1973/1999, p. 119). Todo dispositivo disciplinar colaborava, dessa maneira, para alcançar o objetivo de transformar o corpo do indivíduo em um “corpo dócil” (Foucault, 1973/1999, p. 117), obediente. E esse empreendimento era realizado já desde a infância, com anuência e apoio das instituições familiares e escolares. É nesse sentido que Foucault combate de maneira incisiva a ideia de que o trabalho, tal como efetivamente se realiza no capitalismo, faz parte da essência humana. Sobre isso, ele faz o seguinte alerta:

O que eu gostaria de mostrar é que de fato o trabalho não é absolutamente a essência concreta do humano, ou a existência do homem em sua forma concreta. Para que os homens sejam efetivamente colocados no trabalho, ligados ao trabalho, é preciso uma operação, ou uma série de operações complexas pelas quais os homens se encontram efetivamente... ligados ao aparelho de produção para o qual trabalham. É preciso a operação ou a síntese operada por um poder político para que a essência do homem possa aparecer como sendo a do trabalho (Foucault, 1973/1999, p. 124).

Parte dessa operação teve como condição de possibilidade o sequestro do corpo e do tempo dos trabalhadores, executado no interior das instituições disciplinares. Estas, valendo-se de variados dispositivos (arquitetônicos, legais, higiênicos, coercitivos e regimentais), possibilitaram que, aos poucos, fosse efetuada uma espécie de “internalização” dos valores disciplinares, ou seja, a disseminação e naturalização de um exercício sistemático da disciplina que levou à adequação aos índices de produtividade daqueles que nela estavam incluídos.

Outro aspecto a ser considerado nesta análise é que a política de subjetivação consolidada naquele momento histórico priorizava a posse de uma identidade por meio da qual era possível fixar cada indivíduo em uma instituição, em uma atividade laboral e em um papel social bem delimitado. Isso facilitava tanto a localização do indivíduo na estrutura institucional quanto a mensuração do seu desempenho. Assim, a política disciplinar propagou um modo de subjetivação que tendia a ser muito mais rígido e identitário, conforme assinalam Hardt e Negri:

As subjetividades produzidas nas instituições modernas eram como as peças de máquina padronizadas produzidas nas fábricas: o detento, a mãe, o operário, o estudante e assim por diante. Cada parte desempenhava um papel específico na máquina montada, mas era padronizada, produzida em massa, e portanto substituível por qualquer parte do seu tipo (Hardt & Negri, 2001, p. 353).

Como se verá adiante, esse quadro sofrerá mutações em um momento seguinte da história laboral. Por ora, vale destacar que a atividade fabril, predominante naquele tempo histórico, ocupava-se de um tipo de produção que era fundamentalmente material. Tratava-se da fabricação de bens

duráveis e pouco variados, gerados em linhas de produção amplamente segmentadas nas quais os trabalhadores exerciam atividades simples e repetitivas, estando anexos às máquinas e submetidos a metas de produção excessivamente altas. Tanto que a jornada de trabalho chegava a atingir 16 h por dia. Isso permite ter uma ideia da importância que era atribuída à força física e à destreza motora do trabalhador.

Por outro lado, o exercício de planejamento, distribuição e fiscalização das atividades a serem executadas pelo contingente massificado de trabalhadores era de domínio restrito da alta hierarquia especializada, que detinha o conhecimento sobre o processo de produção. Daí a facilidade encontrada para substituir qualquer trabalhador por outro mais forte, produtivo e disciplinado, caso o desempenho sofresse algum tipo de queda. Pode-se dizer que essa facilidade de substituição também contribuía para garantir a obediência e a vigilância hierárquica. Afinal, da disciplina e do desempenho individual dependia a manutenção do emprego. Para Gorz, “no século XIX era necessário conseguir que o trabalhador executasse, com a regularidade de um autômato, e sem questionar, o comando que a maquinaria industrial lhe transmitia, impondo-lhe a velocidade e a cadência dos atos a executar” (Gorz, 2005, p. 19).

Mas, conforme dito no início, toda política de subjetivação envolve uma construção complexa que não cessa em seus movimentos de ruptura, polêmica e transformação. Foi assim que a política de subjetivação disciplinar sofreu, com o passar do tempo, diferentes mudanças. Ocupando-se da tarefa de disciplinar o corpo do trabalhador, que deveria ser consciente de seu papel na linha de produção da fábrica e disposto a reproduzir os valores sociais nela preconizados, as práticas disciplinares que vigoravam no interior das instituições, aos poucos, atingiram também o seu exterior. Somado a isso, outras forças, como o avanço tecnológico, a facilidade de acesso a informações, a rapidez na locomoção bem como a competitividade, começaram a exigir maior preparação para o trabalho, extrapolando, então, a mera aquisição de habilidades motoras básicas e repetitivas. Tornaram-se necessárias intervenções mais diretas sobre a existência cotidiana da população para que o tempo e a energia do sujeito fossem colocados a serviço da preparação para o trabalho, atribuindo-se valor a outros componentes subjetivos.

Caminhando para uma sociedade de controle: a expansão do trabalho imaterial

Foi o filósofo francês Gilles Deleuze (1972/1992) quem alertou para o fato de que essas transformações sociais no contexto laboral tornaram-se mais acentuadas a partir da segunda metade do século XX. Um indício dessas mudanças diz respeito à própria estratégia de acumulação capitalista que nessa época foi aperfeiçoada, introduzindo maior competitividade nas esferas do trabalho e da economia. Esse novo cenário promoveu também aumento na diversificação e no consumo de mercadorias, bem como ampliou a prestação de serviços, favorecendo maior circulação de pessoas, de informações, de produtos e de serviços, em escala planetária. Sobre isso, Foucault constata: “No século XIX, a disciplina do poder funcionava por meio de um jogo de restrições... Hoje, ocorre o contrário, ou seja, uma exaltação ao consumo que começa a ser utilizada como tática no momento em que os economistas descobriram o potencial do mercado interno” (Foucault, 1994/2012, p. 23). Segue-se, então, colocando-se algumas questões: Quais componentes subjetivos se atualizam no contexto produtivo do capitalismo avançado? Que políticas de subjetivação são inventadas e colocadas em circulação pelos trabalhadores?

Atentos a esse novo cenário mutante e competitivo, Hardt e Negri (2001) assinalam algumas respostas parciais a essas questões quando demonstram que a centralização em papéis sociais rígidos, que, como se viu no início deste estudo, tão bem funcionou no regime disciplinar, tornou-se, gradativamente, disfuncional. Outras habilidades subjetivas passaram a ser exigidas para que o indivíduo fosse capaz de atender à necessidade crescente de maior mobilidade entre as diferentes instituições e, mais especificamente, de transitar entre diversos contextos sociais que se tornaram mais acessíveis graças ao avanço tecnológico do transporte e da comunicação.

Assim, contando com uma disciplina já internalizada, capaz de funcionar para além dos limites institucionais e, portanto, atuando também em um contexto social mais aberto e diversificado, aquela padronização em papéis rígidos, a serem simplesmente reproduzidos por indivíduos obedientes,

identitários e dóceis, foi aos poucos perdendo sua eficácia, tornando-se, em alguma medida, obsoleta. Como se compreender, então, essa nova política de subjetivação que vem sendo construída e disseminada há algumas décadas? Tanto Foucault (1973/1999) quanto Deleuze (1972/1992), que dedicaram parte de seus estudos para compreender essas transformações, assinalam que não se está diante de um cenário já consolidado, mas de uma passagem complexa que, há algumas décadas, vem desencadeando rupturas importantes nas maneiras de se organizar as relações sociais e de trabalho. Diz Deleuze:

Mas as disciplinas, por sua vez, também conheceriam uma crise, em favor de novas forças que se instalavam lentamente e que se precipitariam depois da Segunda Guerra Mundial: sociedades disciplinares é o que já não éramos mais, o que deixávamos de ser (Deleuze, 1972/1992, p. 220).

Pode-se dizer que essas transformações introduziram novos componentes subjetivos no plano da organização social e, mais especificamente, no plano das relações de trabalho, fato que também coopera para a emergência de novas políticas de subjetivação. Veja-se como. É perceptível que as instituições disciplinares, tais como descritas por Foucault, vêm sofrendo diferentes crises, e as fábricas, em especial, foram amplamente transformadas em sua estrutura organizacional. Convocados a acolher as novas demandas de produção e de qualificação de sua mão de obra, os modos de gestão passaram a ser tratados com maior atenção e cuidado por parte dos administradores, economistas e juristas. É nesse sentido que a fábrica, aos poucos, foi dando lugar à empresa e nela a gestão por informatização e os processos de comunicação tornam-se centrais e estratégicos (Deleuze, 1972/1992).

Percebe-se, assim, que quanto mais são propostas reformas que visam reorganizar os processos internos de funcionamento das fábricas e/ou empresas, mais elas se distanciam do seu modo de organização anterior, marcado pela disciplina de seus trabalhadores. Com essas mudanças, é possível perceber também que novos valores entraram em cena e, com eles, novas regras, sanções e normalizações vêm sendo elaboradas e disseminadas no contexto laboral, articuladas no que Deleuze denominou como “sociedades de controle” (Deleuze, 1972/1992, p. 222).

Acompanhar essas transformações ganha relevância principalmente no que diz respeito às rupturas que entram em cena na produção de novas políticas de subjetivação. Na contemporaneidade capitalista, as redes tecnológicas de controle emergem e se espalham rapidamente, aperfeiçoando a produção de saberes e facilitando o trânsito de informações em tempo real. Com isso, a circulação de informações já não necessariamente depende da permissão das instituições disciplinares para serem acessadas. Para Deleuze e Foucault, está em curso uma transformação na maneira de se organizar o tempo e os espaços, na disseminação das informações e nas relações sociais. E tudo isso coloca em evidência outros componentes subjetivos que concorrem para a produção dos modos de viver que são compartilhados pelos trabalhadores. Outro indício dessa passagem (da organização disciplinar para esta, marcada pelo controle) pode ser encontrado no fato de que qualquer indivíduo torna-se um agente direto na execução das formas de controle, independentemente de ser portador de um conhecimento especializado ou de fazer parte da hierarquia vigilante como um trabalhador contratado exclusivamente para realizar tal atividade.

À medida que os conhecimentos produzidos pelas mais diversas áreas de saber livram-se dos limites institucionais e são disseminados em uma rede ampla e diversificada, a população está sendo convocada e capacitada para participar dos processos de reforma das empresas, bem como da disseminação das novas formas de controle sobre os trabalhadores. Pode-se constatar, assim, que já está em andamento a construção de uma política de subjetivação diferenciada por meio da qual o indivíduo sai da condição de trabalhador meramente dócil e obediente para assumir a condição de “participante e responsável”, conectado a uma ampla e complexa rede de controle. E essa participação, por vezes, é solicitada em nome do bom desempenho, da emancipação, da qualidade e da capacitação profissional.

Cabe considerar também que as redes de informação ganharam mais eficiência e rapidez. Houve a disponibilização de equipamentos e de serviços que facilitam o monitoramento sobre pessoas, objetos e fatos que ocorrem nas cidades e, em uma esfera mais microssocial, também nas relações sociais que são vividas no interior das empresas. Esses equipamentos são diversos e reúnem desde

os circuitos internos de TV instalados nos mais variados espaços urbanos, englobando também os rastreadores de carros e de celulares por satélite, até o acesso a imagens, via internet, dos mais variados setores da empresa, estendendo-se à localização externa dos trabalhadores, em tempo real (Mansano & Lourenço, 2012).

Com essa disseminação dos dispositivos de controle, realizada por meio de equipamentos, mas, principalmente, pela ação humana cada vez mais sensibilizada e treinada para realizar esse tipo de atividade, os limites institucionais deixam de ser a condição única e indispensável para se manter a alta produtividade. Assim, o indivíduo já não permanece ao longo de sua história laboral em uma única instituição ou em um mesmo posto de trabalho. Ele transita por várias delas, ocupa-se de várias atividades ao mesmo tempo e, vale dizer, sem necessariamente estar incluso formalmente em um quadro funcional. É como se as possibilidades de intervenção institucional se livrassem dos muros que até bem pouco tempo as restringiam a determinado espaço para circular em estado livre. Deleuze (1972/1992, p. 216) destaca que se está vivendo um “controle incessante em meio aberto”, cuja ação é mais acelerada e contextualizada. Tal fato possibilita intervenções imediatas sobre as mais diferentes e inusitadas situações do cotidiano e esferas da vida privada.

À medida que os valores institucionais se espalham pelo campo social, a própria noção de indivíduo trabalhador também sofre mudanças. Agora, já não é mais exigida dele a posse de uma identidade cristalizada nos elementos subjetivos de docilidade e obediência. Ao contrário, solicita-se que o indivíduo compareça em suas atividades profissionais de maneira cada vez mais flexível, independente e ágil. Hardt e Negri (2001) denominam esse novo modo de existir como uma subjetividade híbrida. Nessa nova política de subjetivação, o indivíduo já “não pertence a nenhuma identidade e pertence a todas” (Hardt & Negri, 2001, p. 353). Assim, a demanda crescente, para que o trabalhador seja flexível, bem informado e capaz de solucionar problemas inusitados, perpassa diferentes áreas profissionais e organizações.

Cabe dizer ainda que as relações de produção também sofreram mudanças. Nas últimas décadas viu-se ganhar importância outra esfera do trabalho, chamada por Hardt e Negri (2001) de trabalho imaterial. Essa nova configuração envolve a complexidade de um humano que está profundamente transformado pela aquisição de conhecimento, pela interação com equipamentos tecnológicos e, principalmente, pelo contato mais direto com o meio social, também ele amplamente transformado. É valendo-nos desses indícios que se têm condições de assinalar o quanto esse novo cenário está engendrando uma nova política de subjetivação, cuja centralização no esforço físico e no comando do tempo já não é mais suficiente para garantir a execução das tarefas laborais. Nesse sentido, Hardt e Negri mostram o quanto “os processos de modernização e industrialização transformaram e redefiniram todos os elementos do plano social” (Hardt & Negri, 2001, p. 305). O trabalho imaterial tem como objetivo outro tipo de produção que vai além da fabricação de objetos e engloba, em seus cálculos, o conhecimento, a confiança, os afetos e a socialização. Assim, a força produtiva principal é deslocada da atividade física individual e passa a contar com a produção de saberes e contatos sociais. Esse tipo de produção incorpora também a imaginação, a inteligência e a cooperação. No Brasil a expansão desse tipo de atividade é notável. Pochmann chega a ponderar:

Avanços técnico-científicos deste começo de século criam nas sociedades modernas condições superiores para a reorganização econômica e trabalhista. De um lado, o aparecimento de novas fontes de geração de riqueza, cada vez mais deslocadas do trabalho material, impõe saltos significativos de produtividade. Isso porque o trabalho imaterial liberta-se da existência prévia de um local apropriado para o seu desenvolvimento, conforme tradicionalmente ocorre em fazendas, indústrias, canteiros de obras, escritórios e supermercados, entre tantas outras formas de organização econômica assentadas no trabalho material (Pochmann, 2009, p. 3).

O mesmo autor considera que tais dimensões subjetivas, agora em destaque no trabalho imaterial, ficaram praticamente esquecidas pelo longo período histórico no qual a produção era majoritariamente quantitativa e organizada pela divisão parcelada das atividades laborais (Pochmann, 2012). No mesmo sentido, Gorz assinala que no século XIX os trabalhadores “só se tornaram operacionais depois de serem despojados dos saberes, das habilidades e dos hábitos desenvolvidos pela cultura do cotidiano” (Gorz, 2005, p. 19). Assim, pode-se dizer que essas dimensões não faziam falta na execução do

trabalho material e, por vezes, chegavam a atrapalhar o andamento fragmentado e mecânico da produção, em que o importante era a obediência.

Já no contexto do trabalho imaterial, fortemente marcado pelos dispositivos de controle, outras dimensões subjetivas ganham importância e passam a demarcar as novas exigências que recaem sobre os profissionais. Atenção, cuidado, comunicação e sensibilidade ganharam valor econômico, independentemente do grau de qualificação que as profissões requeiram. Diante disso, novos contornos políticos passam a caracterizar esse tipo de atividade. Assim, já não será mais a força física que dará direção à organização do trabalho, mas sim, um indivíduo

[...] social e coletivo que determinará o valor da produção, pois, sendo o trabalho organizado em formas comunicativas e linguísticas, e o saber, algo cooperativo, a produção dependerá sempre mais da unidade de conexões e de relações que constituem o trabalho intelectual e linguístico, isto é, dependerá, então, desse coletivo (Negri, 2003, p. 93).

É nesse sentido que, para além de uma política de subjetivação que focalize o indivíduo e seu índice de produção individual, o trabalho imaterial coloca em evidência a cooperação, a troca e a habilidade para se fazer conexões em redes sociais e afetivas. Entretanto Hardt e Negri alertam que “o aspecto cooperativo do trabalho imaterial não é imposto e organizado de fora, como ocorria em formas anteriores de trabalho, mas a cooperação é totalmente imanente à própria atividade laboral” (Hardt & Negri, 2001, p. 314). É assim que as políticas de subjetivação, socialmente construídas nesse período de disseminação do trabalho imaterial, vão, aos poucos, ganhando novos contornos que transformam, de maneira significativa, as relações de trabalho: o conhecimento e a sensibilidade colocam os profissionais em uma posição diferenciada no mercado laboral, uma vez que estes já não são mais tão facilmente descartáveis e substituíveis. Capazes de agrregar pessoas e de formar vínculos de confiança, os trabalhadores tornaram-se agentes sociais preciosos que modificam a relação das empresas com a população e com as cidades. E esse tipo de atividade está longe de ser executado pela simples somatória de indivíduos impedidos de interagir e de trocar experiências e conhecimento. Abordando a expansão do trabalho imaterial, Prado e Pinto (2014, p. 63) relatam: “o trabalho imaterial, como trabalho concreto, mostra-se, de fato, como uma realidade incontornável no capitalismo contemporâneo. E, nesse sentido, traz verdadeiramente um problema importante para a contemporaneidade”. Vale salientar que a intensificação da jornada de trabalho (que, como dito, alcançava 16 h por dia no século XVIII) não desapareceu de todos os contextos do trabalho imaterial. Ela ganhou, porém, nova roupagem, sendo agora viabilizada pelo estabelecimento de metas a serem superadas e pela dedicação integral ao trabalho, demandada pela formação permanente. Essas exigências fazem parte do cotidiano de uma ampla gama de profissionais, envolvendo desde operários e vendedores até grandes executivos. Tal fato, como se verá, é gerador de adoecimento.

Considerações finais

Chegando-se ao final deste estudo, destacam-se alguns pontos que, no entendimento deste artigo, são indispensáveis para se continuar problematizando as políticas de subjetivação emergentes no trabalho imaterial. Primeiramente, viu-se que, diante das novas exigências colocadas aos trabalhadores do “imaterial”, outros componentes de subjetivação passaram a ser amplamente solicitados e se tornaram os diferenciais que definem a permanência ou retirada de uma empresa e/ou de um profissional do mercado. Quando se analisa especificamente a realidade brasileira, percebe-se que o modo de produção material ainda está muito presente. Assim, existe em nosso país o que Hardt e Negri (2001, p. 301) chamaram de uma “hibridização” acentuada entre os modos de produção material e imaterial. Não importa a função assumida por um trabalhador, ele é permanentemente solicitado a apresentar respostas e soluções novas para problemas que emergem ao acaso e colocam em xeque a qualidade e a quantidade da produção.

Em segundo lugar, vale dizer que o diferencial desse tempo histórico está no fato de que, cada vez mais, os resultados do trabalho material tendem a encontrar lugar no mercado consumidor, apenas

quando acrescidos da dimensão imaterial (imagens, valores e satisfações associados às mercadorias e/ou aos serviços). Isso porque a mera disponibilização de uma mercadoria já não é mais suficiente para garantir a sua comercialização. Toda uma dimensão imaterial ganha importância para que os consumidores sejam atraídos não somente por objetos, mas também pelos modos de vida que a eles estão associados. Daí a frequência com que se fala hoje em dia sobre a importância de se escutar os clientes, os quais são amplamente estimulados a expressar suas expectativas, críticas e opiniões. Tanto que as campanhas publicitárias, disseminadas pelos meios de comunicação, utilizam-se de um grande apelo subjetivo para colocar as mercadorias e os serviços à disposição dos consumidores.

Cabe considerar um terceiro aspecto: as políticas de subjetivação disciplinar e de controle se mesclaram na contemporaneidade capitalista. Assim, ora o trabalhador é solicitado a adotar uma atitude obediente, sendo amplamente vigiado e monitorado por sofisticados equipamentos de controle, ora ele é convocado a assumir, por si mesmo, o controle sobre seus próprios índices de produção e sobre sua formação profissional. Transitando entre a disciplina e o controle, novas possibilidades de resistência, mas também de exploração, vão ganhando contornos. Nesse sentido, fica evidente a necessidade de se levar adiante a tarefa de problematizar os efeitos políticos gerados pela expansão do trabalho imaterial. E, indissociável disso, acompanhar quais os focos de resistência que são ensaiados por parte dos trabalhadores que, situados diferentemente no processo produtivo, valem-se da posse inalienável do conhecimento e do reconhecimento social (marcado por laços de confiança, sensibilidade e afeto) para inventar outras maneiras de se relacionar com o trabalho.

É possível considerar, em quarto lugar, que novas políticas de subjetivação estão ganhando contornos à medida que abrem espaço para debates, experimentações e polêmicas sobre os modos de vida que são inventados e/ou abandonados no contexto laboral contemporâneo. Ainda não se despediu completamente da sociedade disciplinar e seus traçados políticos que ajudaram a produzir modos de vida obedientes e dóceis. Entretanto é evidente que seus contornos estão se desfazendo aceleradamente e se recompondo de maneira complexa, uma vez que se misturam com componentes subjetivos caracterizados pelo controle. Para além das conquistas e aprisionamentos que esse cenário complexo e mutante coloca em curso, é relevante tomar em consideração a emergência de novas formas de sofrimento que são confirmadas pela incidência de psicopatologias que enredam os trabalhadores em quadros graves de depressão, stress e pânico, os quais passaram a aumentar as estatísticas de afastamento do trabalho em função de problemas com a saúde.

Se Foucault (1973/1999) já alertava sobre os efeitos produzidos pelo sequestro do corpo e do tempo do trabalhador, viabilizado pelas instituições disciplinares no século XVIII, atualmente esse sequestro tornou-se multifacetado e envolve outras dimensões da existência ligadas ao afeto, aos desejos e à sociabilidade, os quais passaram a ser sistematicamente explorados pelo capital. Tal exploração, quando levada ao limite, tende a gerar adoecimento pelo excesso de pressões, metas e prazos a serem cumpridos.

Essa situação leva a considerar, por fim, que a hibridização entre os trabalhos materiais e imateriais produz efeitos significativos de ruptura, mas também de sujeição, não apenas na vida dos trabalhadores como na relação destes com a comunidade e com a organização das cidades. A expansão e legitimação do trabalho qualificado tornam a população mais atenta às decisões sobre as maneiras de se inscrever nos postos de trabalho e nas políticas que os orientam. Entretanto os efeitos dessas transformações sociais ainda estão em vias de serem identificados e compreendidos. Daí a necessidade de se continuar interrogando: Quais novos sentidos estão sendo criados para o trabalho no contexto imaterial de produção? E, mais especificamente, quais novas políticas de subjetivação os acompanham?

Referências

- Almeida, L. P. (2012). Para uma caracterização da Psicologia Social brasileira. *Psicologia, ciência e profissão*, 32 (esp). Recuperado em 02 de agosto, de 2015, de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000500009&lng=pt&nrm=iso
- Bobbio, N. (1986). Política. In N. Bobbio, N. Matteucci, & G. Pasquino, *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Deleuze, G. (1992). *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34. (Original publicado em 1972)

- Foucault, M. (1999). *A Verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora. (Original publicado em 1973).
- Foucault, M. (2012). *Ditos & Escritos VIII: Segurança, penalidade e prisão*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Original publicado em 1994).
- Foucault, M. (2014). *Ditos & Escritos IX: Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Original publicado em 1994).
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1996). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- Goffman, E. (1961/2001). *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Gorz, A. (2005). *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*. São Paulo: Annablume.
- Hardt, M. & Negri, A. (2001). *Império*. São Paulo: Record.
- Lazzarato, M. (2014). *Signos, máquinas, subjetividades*. São Paulo: Editora n – 1.
- Mansano, S. R. V. & Lourenço, F. B. (2012). Analizando la expansión del trabajo inmaterial y algunos de sus efectos sobre el cuerpo del trabajador. *Fermentum*, 22 (65), 326-338.
- Negri, A. (2003). *Cinco lições sobre Império*. São Paulo: DP&A.
- Pelbart, P. (2013). *O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento*. São Paulo: Editora n – 1.
- Pineda, M. C. M. & Cubides, J. (2012). Sujeto y política: vínculos y modos de subjetivación. *Revista Colombiana de Educación*, 63 (2). Recuperado em 02 de agosto, de 2015, de: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-39162012000200005&lang=pt
- Pochmann, M. (2009, 20 de agosto). *Redistribuir o tempo de trabalho*. Folha de S. Paulo. Opinião.
- Pochmann, M. (2012). Trabalho e formação. *Educação e realidade*, 37 (2). Recuperado em 02 de agosto, de 2015, de: http://www.seer.ufrgs.br/index.php/edu_cacaoerealidade/article/view/30490/19420
- Prado, E. F. S. & Pinto, J. P. G. (2014). Subsunción do trabalho imaterial ao capital. *Cadernos CRH*, 27 (70), 61-74. Jan./Abr. Recuperado em 02 de agosto, de 2015, de: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792014000100005&script=sci_arttext
- Rancière, J. (1996). *O Desentendimento: Política e filosofia*. São Paulo: Editora 34.
- Soto, J. R. (2015). Psicología Social ¿para qué? *Cinta moebio*, (2). Recuperado em 02 de agosto, de 2015, de: <http://www.cintademoebio.uchile.cl/index.php/CDM/article/viewFile/36126/37818>

Recebido em 03/08/15

Aceito em 25/01/16

Sonia Regina Vargas Mansano: Docente do Programa de Pós-Graduação em Administração e do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC/SP.

Paulo Roberto de Carvalho: Docente do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina. Doutor em Psicologia Clínica pela PUC/SP.